

CONVERSAS

JÉFFERSON PÉRES



De seu gabinete, em Brasília, falou-nos Jéfferson Péres, Senador da República pelo PDT-AM. Homem de longa vida pública, profundamente envolvido com as questões internacionais do país, membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e presidente da Subcomissão de Assuntos Amazônicos, da mesma Casa. Ousado, emitiu, nesta conversa, opiniões contundentes sobre a política externa de Lula, a questão do Haiti e as ameaças que rondam a Amazônia brasileira. Acompanhem conosco o desenrolar da entrevista.

O DEBATEDOURO: Em relação à posição do senhor na Comissão de Relações Exteriores do Senado, como vê o momento atual da política exterior brasileira e as relações da política exterior brasileira e do Itamaraty com o Parlamento? Se o senhor pudesse dar uma visão, a visão que o senhor tem da política externo do Governo Lula...

Senador Jéfferson Péres: *Infelizmente, no Brasil, o Congresso tem pouca participação, tanto na formulação, como na execução da política externa. Na verdade, quase que se limita a participação do Congresso brasileiro – ao contrário do que acontece no Congresso americano – à formalidade de os futuros embaixadores serem submetidos à Comissão de Relações Exteriores, que faz uma argüição sem muita profundidade, ritualística e praticamente fica nisso; a não ser convocação, uma vez ou outra, do Ministro das Relações Exteriores. Limita-se a isso! A contribuição do Congresso na política externa fica a cargo do Executivo.*

Quanto à política externa do governo Lula, creio que há muita pirotecnia e pouco resultado. É uma política, ao meu ver, com ranço ideológico terceiro-mundista, que pretende ser uma política na qual o Brasil seria o líder das nações pobres. Seriam agentes contra a hegemonia americana e, na verdade, não somos líderes de nada. O Mercosul está aos pedaços, a Argentina impõe seguidas restrições às importações brasileiras e, politicamente, acaba de se pronunciar contra uma vaga brasileira no Conselho de Segurança [da ONU]. O presidente da Argentina, Nestor Kirchner, juntamente com o presidente do Paquistão, dizem

que são contra. Portanto, não há integração econômica, nem aliança política com o nosso maior parceiro político no Mercosul. Agora mesmo, o Presidente Lula foi a Cuzco para a fundação pretensiosa de uma associação sul-americana de países, que foi um fiasco. Mais uma vez o presidente da Argentina não foi, o do Paraguai, o do Uruguai e o do Equador também não. Um terço dos presidentes não compareceu. Ou seja, o encontro foi mais uma manifestação da retórica latino-americana de nenhum efeito prático. Enquanto isso, nós ficamos hostilizando a ALCA surdamente, que poderia ser um caminho, desde que a inserção do Brasil fosse feita via firme defesa de nossos interesses. Esse seria um caminho para o nós.

"Quanto à política externa do governo Lula, creio que há muita pirotecnia e pouco resultado. É uma política, ao meu ver, com ranço ideológico terceiro-mundista, que pretende ser uma política na qual o Brasil seria o líder das nações pobres."

O Brasil está praticamente botando a ALCA no congelador, as negociações com a União Européia não avançam e cedemos à China, ao reconhecê-los como economia de mercado, o que não é. Isso dá vantagens à China no contencioso contra ela por dumping. Fica difícil provar o dumping dos produtos chineses. Além disso, cedemos à Rússia na questão do ingresso dela na OMC, sem que

disso viesse qualquer contrapartida. A China, por seu turno, não nos deu nada. Os pretensos investimentos chineses que viriam para cá ficaram na promessa, e a China não se abriu para o Brasil. Os chineses são muito pragmáticos e não querem atritos com os Estados Unidos. O presidente Lula está sonhando se pensa que algum dia a China vai se aliar ao Brasil.

Acho que essa política brasileira, para não dizer que eu fico só na crítica, deveria ser pragmática e principista; deveria defender princípios como a defesa dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito. Nos fóruns internacionais, por exemplo, deveriam condenar a China por causa do Tibet, por causa do desrespeito aos direitos humanos. Ao contrário, não se fez isso. O Brasil se absteve para condenar a China. A meu ver, o país deveria ter votado a favor. Isso, sim, que se chama política principista. O Brasil jogou de lado os princípios. Agora, quanto ao lado pragmático, o Brasil deveria ser menos leniente com a Argentina. O Brasil ainda restringe sua meta de retaliar ou, então, de advertir firmemente o governo argentino. Dizer-lhes que, a continuar essas restrições, não vai haver Mercosul. Enfim, isso é o que eu chamo de pragmatismo. Enquanto isso, nós ignoramos a ALCA, não fazemos acordos bilaterais. Já o Chile, tem mais de dez acordos bilaterais com vários países do mundo e vai muito bem. O Brasil não pode ser preso pelo Mercosul, uma vez que é uma ficção de união aduaneira. Impede-nos de fazer acordos bilaterais.

A política externa do governo Lula é retórica pirotécnica e de poucos resultados práticos. A busca por uma cadeira permanente do Conselho de Segurança é um exemplo. Já se sabe que se for criado, se os membros permanentes forem ampliados para 10, esses novos membros não terão direito a veto. Qual a vantagem de ser do Conselho de Segurança, se não tiver direito a veto, assim como os atuais 5? É o poder de veto que dá importância ao pleito pelo assento permanente.

OD: A questão do Haiti - o senhor percebe como um mal caminho a decisão de assumir, dentro da região, uma liderança para buscar, através dos instrumentos da ONU, intervir e solucionar problemas internos dos países?

JP: Na intervenção que eu fiz, argüi o Ministro Celso Amorim. Eu disse a ele o seguinte: "- eu acho que razões humanitárias justificam a presença do Brasil no Haiti. É o país mais pobre da América Latina, o mais miserável. Um país onde o Estado praticamente desapareceu e está à beira do caos. O Brasil se recusar a mandar uma força de paz para lá seria de um egoísmo muito grande de nossa parte." Nós fomos tentar ajudar, mas eu disse ao Ministro que deveríamos estabelecer um

limite de tempo. Devemos ficar lá um, dois anos; depois, até que outros ocupem nosso lugar. Ficar lá sem limite de tempo, com tempo indefinido, num país cuja situação pode deteriorar gravemente muito em breve, pode fazer com que as forças de paz não sejam vistas com tanta simpatia pela população. Poderão, ao contrário, ser vistas como força de ocupação. Já me chegaram notícias de que o entusiasmo inicial com as tropas brasileiras desapareceu e passou para a frieza, quase indiferença. Daí para a hostilidade é um passo. Eu perguntei para o ministro até quando ficaríamos lá e ele respondeu-me que não havia estabelecido esse limite. Eis, aí, um outro erro. Daqui a pouco o Haiti vai ser um atoleiro para nós. Devíamos dizer que vamos ficar até junho de 2005.

"Ficar lá [no Haiti] sem limite de tempo, com tempo indefinido, num país cuja situação pode deteriorar gravemente muito em breve, pode fazer com que as forças de paz não sejam vistas com tanta simpatia pela população. Poderão, ao contrário, ser vistas como força de ocupação."

OD: Senador, trazendo o tema mais para perto do Brasil: o senhor acredita que no subsistema amazônico - a questão do narcotráfico e a recente notícia de que a Colômbia está mobilizando recursos para implantar o seu próprio sistema de vigilância - estão existindo, por parte da diplomacia brasileira, ações positivas e realmente articuladoras, diante das ameaças existentes na região, ou o País está virando as costas para esse problema específico?

JP: Existe algo efetivo que é a implementação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA. Nele, há uma secretaria-executiva criada recentemente e chefiada por uma equatoriana que acaba de se reunir, dois ou três meses atrás, em Manaus. Parece-me que estão acertando os passos para integrar os países amazônicos e, agora mesmo, o Presidente lançou a pedra fundamental da ponte que vai ligar o Acre ao Peru, para dar prosseguimento ao caminho para o Pacífico. Há, ainda, conversações para integrar o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM) com os vizinhos para o controle do narcotráfico, dos movimentos guerrilheiros, dos desmatamentos, etc. Acho que o Tratado de Cooperação Amazônica evoluiu nos últimos dois anos. Ele ficou no papel durante muitos anos, porque faltava a secretaria-executiva - que foi instalada há dois anos, em Brasília.

OD: Então, para encerrar, tivemos contato com o texto do escritor Carlos Heitor Cony, em que se reporta o seu desejo de deixar a vida política ao fim deste mandato. Se o senhor quiser um fórum aberto, para manifestar as suas opiniões, O Debatedouro escancara as suas portas...

JP: *Eu sou uma pessoa muito rígida em matéria de princípios e de valores. No dia-a-dia da política, isso é muito frustrante, não só no Brasil, mas em toda parte, ela é quase incompatível com a ética. Os interesses se sobrepõem aos princípios e à lógica do poder. A luta pelo poder, pela manutenção do poder, leva os políticos a, freqüentemente, pisotear os valores. Isso, para mim, é muito dolorido. Eu não me acostumo com isso e acho que, em qualquer circunstância, os interesses devem ser submetidos aos princípios.*

Essa é uma posição rígida, pouco compatível com a atividade política, frustra e me leva a pensar se vale a pena continuar. Por outro lado, tenho que considerar os eleitores que me trouxeram para cá. Renunciar, nem em sonho, pois seria uma traição. Mas, ao final do mandato, abandonar, eu creio que está na minha cogitação, sim.

"A luta pelo poder, pela manutenção do poder, leva os políticos a, freqüentemente, pisotear os valores. Isso, para mim, é muito dolorido. Eu não me acostumo com isso e acho que, em qualquer circunstância, os interesses devem ser submetidos aos princípios."